



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV - 446

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
11/11/2008

proposição
Medida Provisória n.º 446, de 2008

autor
Deputado Arnaldo Faria de Sá *PTB*

n.º do prontuário
337

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte redação:

“ Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de tributos para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos, quando reconhecidas como entidades beneficentes de assistências social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Medida Provisória.”

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em *21/11/2008*, às *16h*
FABIO / estagiário

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

CONFERE COM O ORIGINAL

Claudia Lora Nascimento
Secretária-Geral





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
11/11/2008

proposição
Medida Provisória nº 446, de 2008

autor
Deputado Arnaldo Faria de Sá

nº do prontuário
337

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

Deve-se substituir a palavra “de contribuições”, constante da redação do artigo 1º da Medida Provisória em exame, para “de tributos”, em virtude da necessidade de adequação técnica às modificações relativas à Reforma Tributária, na qual se pretende ver extintas as contribuições sociais referentes ao PIS/PASEP e a COFINS, bem como o Salário Educação, por um novo Tributo denominado IVA-F (Imposto sobre Valor Agregado Federal), que será um dos financiadores da seguridade social. Para tanto, sabe-se que estão enquadrados na categoria de tributos não apenas as contribuições sociais, mas também os impostos, contribuições de melhoria e taxas em geral, motivo pelo qual a adequação legislativa ora proposta tem sua razão de ser.

Por outro lado, em conformidade com o disposto nos artigos 44 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, ou seja, o Código Civil Brasileiro, deve-se modificar a redação do artigo 1º da Medida Provisória em tela, substituindo a expressão “sem fins lucrativos” por “sem fins econômicos”, uma vez que é essa a expressão tecnicamente adotada para caracterizar as pessoas jurídicas de direito privado passíveis de reconhecimento como entidades beneficentes de assistência social.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

CONFERE COM O ORIGINAL

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa

